



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 200/2014

(PAE n. 92.159/2014)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Pregoeira designada pela Portaria DG n. 101, de 6 de março de 2014, publicada em 11 de março de 2014, alterada pela Portaria DG n. 439, de 17 de novembro de 2014, publicada em 18 de novembro de 2014, ambas do Senhor Diretor-Geral deste Tribunal, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO**, para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de escadas metálicas e guarda-corpos em aço e vidro temperado na Sede do TRESA.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **17 de dezembro de 2014, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo MENOR PREÇO, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 11 de outubro de 2010.

I. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no ANEXO I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.2. Os licitantes deverão acessar, no *site* do TRESA, no endereço abaixo mencionado, os projetos relacionados ao objeto desta licitação:

<http://www.tre-sc.jus.br>, menu “Transparência” / “Contas Públicas” / “Pregões”.

1.2.1. Os projetos apresentados contemplam requisitos mínimos a serem atendidos pela empresa contratada. Em caso de necessidade de adequação ou alteração de detalhes dos projetos, a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA deverá ser consultada pelo telefone (48) 3251-3700, ramais 7464 ou 3119, ou por e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br

1.3. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. A presente licitação é destinada, **exclusivamente**, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de

microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, a qual atuará como órgão provedor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 8.4 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n. 5.450/2005, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESP, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRESP não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema “Pregão Eletrônico”, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESP responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Eletrônica, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.2. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

4.2. Deverá constar da proposta:

a) no campo “**preço**”: o **preço**, no **VALOR TOTAL**, incluídos materiais e serviços; e

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas.

4.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

4.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

4.2.3. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o prazo para garantia do objeto cotado, se superior a 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente deste Tribunal.

4.2.3.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 4.2.3, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 5 (cinco) anos, conforme **ANEXO I** deste Edital.

4.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pela Pregoeira.

4.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

4.8. É obrigatória a realização de visita técnica no local de realização dos serviços, previamente à abertura desta licitação, em razão das especificidades técnicas dos projetos exigirem a avaliação das condicionantes locais para a formação do preço. Deverão ser avaliados os locais para a fixação dos elementos metálicos das escadas.

4.8.1. A visita deverá ser agendada com a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, no horário das 13h às 18h, por meio do telefone (48) 3251-3700, ramais 7464 ou 3119.

4.8.2. A visita deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRESA, designado para esse fim, que efetuará o controle das visitas realizadas e fornecerá as respectivas declarações de visita técnica, para fins do disposto a alínea “b” do subitem 8.3 deste Edital.

V. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a Pregoeira abrirá a Sessão na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Após a abertura da Sessão, a Pregoeira verificará a consonância das

propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

5.2.1. A proposta que não atender às especificações do Edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

5.2.2. Será, também, motivo de desclassificação, a apresentação de mais de uma proposta para o objeto desta licitação.

5.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL**.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7. A etapa de lances será encerrada mediante encaminhamento, pela Pregoeira, de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.8. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, via *chat*, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, via *chat*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a Pregoeira verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com o custo estimado informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste Edital.

7.1.1. Se o preço ofertado exceder o custo estimado constante na Planilha de Custos, a Pregoeira negociará com o licitante, por meio do Sistema Comprasnet, via *chat*, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.2. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

b) apresente especificações conflitantes com as exigidas no ANEXO I deste Edital; e/ou

c) mantenha valor de item superior ao estabelecido na planilha de custos constante no ANEXO II deste Edital; e/ou

d) apresente preço que seja manifestamente inexequível.

7.2.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.2.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pela Pregoeira, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;

c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas no Item VIII, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4. Após a negociação prevista no subitem 7.1.1 e aceitação do lance de menor valor, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, nos termos do Item VIII deste Edital.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada, pela Pregoeira, por meio de consulta *on line* ao SICAF e análise dos itens relacionados no subitem 8.3 deste Edital.

8.1.1. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.2. No SICAF, serão observados:

a) a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

b) a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente:

b.1) às contribuições para a Previdência Social (INSS); e

b.2) aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) o Quadro de Participação Societária, para aferição do disposto no subitem 2.4; e

d) o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades de suspensão de participação em licitação promovida por este Tribunal e de impedimento de licitar com a União.

8.2.1. No caso de impossibilidade de acesso ao SICAF, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

8.3. Para fins de habilitação:

a) serão verificados:

a) a declaração de que o licitante cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, nos termos do Decreto n. 4.358/2002;

b) a Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, por meio de consulta ao *site* www.tst.jus.br;

c) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao *site* www.cnj.jus.br;

d) o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União, por meio de consulta ao *site* www.portaltransparencia.gov.br;

b) serão exigidos:

b.1) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1933; e

b.2) um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Crea, que comprove(m) que a empresa já executou serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação; o(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo Crea;

b.3) comprovação de possuir o licitante, no seu quadro permanente, profissional(is) detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico – CAT e/ou Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, que comprove(m) execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação; e

b.4) a visita técnica prevista no subitem 4.8 deste Edital, que será verificada pela Pregoeira por meio de consulta à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA ou por meio da declaração de visita técnica.

8.3.1. A declaração de que trata a alínea “a” do subitem 8.3 deverá ser apresentada por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital.

8.3.2. Relativamente ao subitem 8.3, alínea “b.3”:

a) o(s) profissional(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no Crea para execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação; e

b) entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:

- empregado: cópia autenticada ou da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;

- gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;

- responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo Crea e/ou CAU, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico; e

- no caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Crea.

8.3.3. Os documentos mencionados nas alíneas “b.1 a b.3” e “b.4”, se for o

caso, do subitem 8.3 deverão ser encaminhados por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Comprasnet, em **até 1 (uma) hora**, contada da convocação da Pregoeira, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

8.3.3.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pela Pregoeira a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

8.3.3.2. O não envio dos documentos mencionados nas alíneas “**b.1 a b.3**” e “**b.4**”, se for o caso, do subitem 8.3, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 8.3.3 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 8.3.3.1, ensejará a INABILITAÇÃO da empresa.

8.3.3.3. Os **originais, ou cópias autenticadas**, dos documentos enviados por Anexo devem ser entregues no Protocolo deste Tribunal no prazo máximo de 5 (cinco) dias, também sob pena de INABILITAÇÃO.

8.4. Nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007, verificada, no SICAF, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que apresentou melhor proposta, a Pregoeira:

a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.4.1. Poderá o licitante solicitar prorrogação do prazo fixado no subitem 8.4, alínea “a”, por igual período, mediante mensagem enviada à Pregoeira, por meio do e-mail pregao@tre-sc.jus.br.

8.5. A não regularização da documentação nos termos do subitem 8.4 implicará:

a) decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções a que se refere o art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e

b) exame, pela Pregoeira, quando da reabertura da Sessão, das propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação, nos termos do subitem 7.3 deste Edital.

IX. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de habilitação, qualquer licitante participante poderá, dentro do prazo final de 20 (vinte) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.1.1. Tendo o recorrente apresentado as razões do recurso no primeiro ou segundo dias do prazo que lhe cabe, a Pregoeira poderá antecipar o início da contagem do prazo de 3 (três) dias para os demais licitantes apresentarem contrarrazões.

9.1.2. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão prevista no subitem 8.4, alínea “b”.

9.2. A Pregoeira terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso,

reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

9.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 9.1, importará a decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a ADJUDICAR o objeto deste certame ao licitante declarado vencedor, submetendo-o à homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

X. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedido de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.

10.3. Para os casos não previstos no subitem 10.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 10.2 e na alínea “e” do subitem 10.3 são de competência do Presidente do TRES.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação, sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.4.1. Relativamente ao subitem 10.4, o atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

10.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 10.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

10.5.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” do subitem 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XI. DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

XII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

12.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

12.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e no ANEXO I deste Edital;

12.1.2. apresentar, obrigatoriamente, antes da assinatura do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, visto no Crea de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 413, de 27.6.1997, do Cofea, se a empresa que apresentar o Registro no Crea for sediada em outra unidade da federação e, conseqüentemente, inscrita no Crea de origem;

12.1.3. apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, caso o produto seja fabricado no Brasil, em atenção ao disposto na Lei n. 6.938/1981 e nas Instruções Normativas do IBAMA n. 31/2009 e 6/2013;

12.1.4. entregar, à Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA – do TRESA, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução dos serviços relativos ao objeto deste edital;

12.1.4.1. o objeto contratado deverá ser executado sob a responsabilidade e o acompanhamento do profissional ao qual se refere o documento constante do subitem 12.1.4 deste edital;

12.1.4.2. o documento de que trata o subitem 12.1.4 deverá ser entregue em até 3 (três) dias, contados a partir da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA;

12.1.5. executar o objeto em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da aprovação, pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, do documento de que trata o subitem 12.1.4 deste edital;

12.1.5.1. os serviços deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h;

12.1.5.2. antes do início da execução do objeto, o licitante vencedor deverá visitar o local onde serão realizados os serviços, para conferência das medidas, conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes;

12.1.5.3. o licitante vencedor deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os projetos disponibilizados pelo TRESA, com perfeito acabamento;

12.1.6. executar o objeto no Edifício Sede do TRESA, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço

constante da proposta;

12.1.6.1. após recebidos, os materiais e serviços de instalação serão conferidos pelo setor competente e, caso constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os materiais ou refazer os serviços de instalação apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, da notificação emitida pelo TRESA;

12.1.6.2. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição de materiais e de refazimento de serviços de que trata o subitem 12.1.6.1 não interromperá a multa por atraso prevista no subitem 10.4 deste Edital;

12.1.6.3. em caso de substituição de produtos ou de refazimento de serviços de instalação, conforme previsto no subitem 12.1.6.1, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

12.1.7. prestar garantia do objeto pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelo prazo a que se refere o subitem 4.2.3.1 deste Edital, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESA;

12.1.8. responsabilizar-se pela perfeita funcionalidade, resistência às cargas solicitadas e integridade da fixação das estruturas dos elementos de serralheria instalados (escadas, corrimãos e guarda-corpos); responsabilizar-se, ainda, pela qualidade dos produtos e serviços, verificando a conformidade dos elementos de serralheria com o projeto, com as especificações e com as normas técnicas brasileiras pertinentes;

12.1.9. empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

12.1.10. fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

12.1.10.1. caberá ao licitante vencedor a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

12.1.11. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando, para a remoção dos resíduos (entulho), o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

12.1.12. manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;

12.1.13. seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes;

12.1.14. promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESA;

12.1.15. fornecer, sempre que solicitado pelo TRESA, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do objeto deste edital;

12.1.16. dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESA nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal;

12.1.17. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

12.1.18. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços

contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

12.1.19. responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESP;

12.1.20. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP; e

12.1.21. manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIII. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

13.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

13.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.4. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo TRESP, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

13.5. Se ocorrer **atraso de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

XIV. DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 5.450/2005.

14.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo

licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

14.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias, sem justificativa por escrito aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

14.3.1. Nesse caso, sujeita-se, o licitante vencedor, às penalidades aludidas no Item X deste Edital.

14.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem 14.3.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XV. DA RESCISÃO

15.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

15.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" do subitem 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" do subitem 10.3.

XVI. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do **Gestor da Contratação**, qual seja, o servidor titular da função de Assistente ou Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

16.2. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências, sendo que isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;

b) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes do Projeto Básico (Anexo I deste Edital); e

c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local de execução dos serviços.

16.3. O acompanhamento de que trata o subitem 16.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto.

16.4. Quaisquer dúvidas de projeto/desenho ou que eventualmente surjam durante a execução do objeto deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, pelo telefone (48) 3251-3700, ramais 7464 ou 3119.

XVII. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. O recebimento provisório ocorrerá quando os serviços contratados ficarem inteiramente concluídos.

17.2. O licitante vencedor terá 15 (quinze) dias para corrigir incorreções que forem constatadas pela Fiscalização.

17.3. O recebimento definitivo será dado se, e somente se, tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que

venham a ser verificadas nos serviços executados.

XVIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

18.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Eletrônica, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br, conforme art. 19 do Dec. n. 5.450/2005.

18.5. A Pregoeira, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

Florianópolis, 2 de dezembro de 2014.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
PREGOEIRA

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para fornecimento e instalação de escadas metálicas e guarda-corpos em aço e vidro temperado na Sede do TRESA, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. ____ do Pregão n. 200/2014, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento e instalação de escadas metálicas e guarda-corpos em aço e vidro temperado na Sede do TRESA, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e com o Pregão n. 200/2014, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento e a instalação de escadas metálicas e guarda-corpos em aço e vidro temperado na Sede do TRESA, de acordo com as seguintes especificações e condições:

1.1.1. ESCADAS METÁLICAS

1.1.1.1. ESCADA METÁLICA 1: Centro de Memória Des. Adão Bernardes

a) escada metálica em aço-carbono com finalidade estrutural, nas dimensões especificadas em projeto, sendo degraus, espelhos e patamar em chapa de aço lisa com espessura mínima de 2 mm, vigas caixa em perfil duplo “U” nas laterais dos degraus, com dimensões mínimas iguais a 60 X 250 mm (largura x altura) e com espessura do perfil igual a, no mínimo, 3 mm; o patamar deverá ser sustentado por vigas caixa em perfil duplo “U”, nas dimensões que garantam a capacidade de carga especificada no Projeto Básico anexo ao Edital do Pregão n. 200/2014 do TRESA;

b) a escada metálica deverá ter capacidade de carga igual a 250 kgf/m², de acordo com a NBR 6120:1980 – Cargas para o cálculo de estruturas; as chapas de aço e os perfis utilizados deverão atender à NBR 7007:2011 – Aço-carbono e microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural;

c) os pisos dos degraus e o patamar da escada receberão revestimento em granito;

d) as uniões entre os elementos metálicos deverão ser feitas por meio de solda, preferencialmente pelo processo TIG; caso seja utilizado eletrodo revestido, deverão ser eliminados todos os resíduos de escória, inclusive os que, eventualmente, fiquem incrustados no cordão de solda; os cordões de solda devem ter bom aspecto, sendo esmerilhados somente onde necessário após a soldagem;

e) a fixação da escada às estruturas existentes na edificação deverá ser avaliada e proposta pela Contratada; caberá à Contratada garantir a integridade da fixação e a rigidez da estrutura; a montagem dos componentes da estrutura deve ser feita com parafusos de aço inoxidável, utilizando arruelas lisas nos dois lados e arruela de pressão;

f) para a montagem, além das observações acima, deve ser considerada a fixação com chumbadores tipo Parabolt PBA 1/2" ou superior, caso seja em estrutura de concreto armado; caso seja fixação em alvenaria, deverá ser feito furo passante e a fixação deverá ser com barra roscada de aço inoxidável, utilizando arruela lisa e de pressão nos dois lados; nos locais onde não existir viga de concreto poderá, ainda, ser usado chumbador de nylon com prisioneiro; após a fixação, todos os chumbadores deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado, na cor preta;

g) acabamento: os pontos de soldas deverão ser tratados com zinco frio; todo o material deverá receber uma demão de fundo do tipo "*wash primer*" e duas a três demãos de tinta poliuretânica, aplicada com pistola, na cor preta fosca; e

h) critérios de inspeção: cobertura perfeita e uniforme das superfícies (visual); ausência de bolhas, descascamento, escorridos e enrugamentos (visual).

1.1.1.2. ESCADA METÁLICA 2 E PASSARELA: Coordenadoria de Sessões – COSE

a) escada metálica em aço-carbono com finalidade estrutural, nas dimensões especificadas em projeto, sendo degraus, espelhos e patamar em chapa de aço lisa com espessura mínima de 2 mm, passarela em chapa de aço lisa com espessura mínima de 3 mm, vigas caixa em perfil duplo "U" nas laterais dos degraus, com dimensões mínimas iguais a 60 X 250 mm (largura x altura) e com espessura do perfil igual a, no mínimo, 3 mm; o patamar e a passarela de acesso deverão ser sustentados por vigas caixa em perfil duplo "U", nas dimensões que garantam a capacidade de carga especificada no Projeto Básico anexo ao Edital do Pregão n. 200/2014 do TRES;C;

b) a escada metálica deverá ter capacidade de carga igual a 250 kgf/m², de acordo com a NBR 6120:1980 – Cargas para o cálculo de estruturas; as chapas de aço e os perfis utilizados deverão atender à NBR 7007:2011 – Aço-carbono e microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural;

c) os pisos dos degraus e o patamar da escada receberão revestimento em granito; a passarela de acesso receberá revestimento em piso vinílico; observar detalhe em projeto para a fabricação;

d) as uniões entre os elementos metálicos deverão ser feitas por meio de solda, preferencialmente pelo processo TIG; caso seja utilizado eletrodo revestido, deverão ser eliminados todos os resíduos de escória, inclusive os que, eventualmente, fiquem incrustados no cordão de solda; os cordões de solda devem ter bom aspecto, sendo esmerilhados somente onde necessário após a soldagem;

e) a fixação da escada e da passarela às estruturas existentes na edificação deverá ser avaliada e proposta pela Contratada; caberá à Contratada garantir a integridade da fixação e a rigidez da estrutura; a montagem dos componentes da estrutura deve ser feita com parafusos de aço inoxidável, utilizando arruelas lisas nos dois lados e arruela de pressão;

f) para a montagem, além das observações acima, deve ser considerada a fixação com chumbadores tipo Parabolt PBA 1/2" ou superior, caso seja em estrutura de concreto armado; caso seja fixação em alvenaria, deverá ser feito furo passante e a fixação deverá ser com barra roscada de aço inoxidável, utilizando arruela lisa e de pressão nos dois lados; nos locais onde não existir viga de concreto poderá, ainda, ser usado chumbador de nylon com prisioneiro; após a fixação, todos os chumbadores deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado, na cor preta;

g) acabamento: os pontos de soldas deverão ser tratados com zinco frio; todo o material deverá receber uma demão de fundo do tipo “*wash primer*” e duas a três demãos de tinta poliuretânica, aplicada com pistola, na cor preta fosca; e

h) critérios de inspeção: cobertura perfeita e uniforme das superfícies (visual); ausência de bolhas, descascamento, escorridos e enrugamentos (visual).

1.1.2. GUARDA-CORPOS

a) guarda-corpos para as escadas metálicas 1 e 2 e para a passarela em aço galvanizado, com montantes e guias em barra chata de 40 mm (quarenta milímetros) de largura e espessura mínima de 10 mm (dez milímetros), soldados nos perfis em duplo “U” da escada (degraus, patamares e passarela), conforme projeto; deverão ficar perfeitamente apurados;

b) nos guarda-corpos das escadas que serão instalados em laje de concreto (Escada 1), os montantes deverão ser fixados através de sapatas de aço, de dimensões 80 X 50 mm, com 2 mm de espessura, com quatro parafusos sextavados de ½” (meia polegada), com capa protetora em aço;

c) nos guarda-corpos das escadas que serão instalados em parede de alvenaria (Escada 2), os montantes e os perfis “U” de abas iguais deverão ser chumbados com argamassa forte de cimento e areia, no traço 1:3;

d) os corrimãos também serão em barra chata de 40 mm (quarenta milímetros) de largura e 3 mm (três milímetros) de espessura, soldados aos montantes da escada ou chumbados nas paredes através de barras circulares de diâmetro igual a 10 mm (dez milímetros), conforme projeto; os corrimãos deverão ser preparados para receber complemento em madeira e, portanto, deverão ser previstas furações a cada 80 mm (oitenta milímetros) para a sua fixação;

e) a madeira utilizada como complemento dos corrimãos será da espécie Itaúba e sua seção está detalhada em projeto; deverá receber duas demãos de verniz incolor base água;

f) os vidros laminados incolores, com espessura igual a 10 mm (dez milímetros), serão instalados nos guarda-corpos através de perfis “U” de abas iguais; as bordas do vidro deverão ser polidas;

g) a altura dos guarda-corpos será igual a 110 cm (cento e dez centímetros) e a altura dos corrimãos das escadas será igual a 92 cm (noventa e dois centímetros);

h) as uniões entre os elementos metálicos deverão ser feitas por meio de solda, preferencialmente pelo processo TIG; caso seja utilizado eletrodo revestido, deverão ser eliminados todos os resíduos de escória, inclusive os que, eventualmente, fiquem incrustados no cordão de solda; os cordões de solda devem ter bom aspecto, sendo esmerilhados somente onde necessário após a soldagem;

i) acabamento: os pontos de soldas deverão ser tratados com zinco frio; todo o material deverá receber uma demão de fundo do tipo “*wash primer*” e duas a três demãos de tinta poliuretânica, aplicada com pistola, na cor preta fosca;

j) critérios de inspeção: cobertura perfeita e uniforme das superfícies (visual); ausência de bolhas, descascamento, escorridos e enrugamentos (visual); e

k) os guarda-corpos deverão atender às prescrições da NBR 14718:2008 – Guarda-corpos para edificações.

Observação:

A Contratada deverá acessar, no *site* do TRESP, no endereço abaixo mencionado, os projetos relacionados ao objeto deste contrato:

<http://www.tre-sc.jus.br>, menu “Transparência” / “Contas Públicas” / “Pregões”.

PARÁGRAFO ÚNICO

A execução do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 200/2014, de ___/___/___, além das obrigações assumidas na

proposta apresentada pela Contratada em ___/___/___, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento e a instalação de escadas metálicas e guarda-corpos em aço e vidro temperado na Sede do TRESA, objeto deste Contrato, descrito na subcláusula 1.1, o valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

5.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

5.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo TRESA, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.5. Se ocorrer **atraso de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.
I = Índice de atualização financeira:
I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).
I = 0,0001644.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2014NE000____, em __/__/__, no valor de R\$ _____ (_____), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Assistente ou Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, ou seu substituto, a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 5.1.1.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. executar os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura deste Contrato, Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, caso o produto seja fabricado no Brasil, em atenção ao disposto na Lei n. 6.938/1981 e nas Instruções Normativas do IBAMA n. 31/2009 e 6/2013;

9.1.3. entregar, à Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA – do TRESA, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução dos serviços relativos ao objeto deste contrato;

9.1.3.1. o objeto contratado deverá ser executado sob a responsabilidade e o acompanhamento do profissional ao qual se refere o documento constante da subcláusula 9.1.4 deste contrato;

9.1.3.2. o documento de que trata a subcláusula 9.1.3 deverá ser entregue em até 3 (três) dias, contados a partir da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA;

9.1.4. executar o objeto em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da aprovação, pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA, do documento de que trata a subcláusula 9.1.3 deste contrato;

9.1.4.1. os serviços deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h;

9.1.4.2. antes do início da execução do objeto, a Contratada deverá visitar o local onde serão realizados os serviços, para conferência das medidas, conhecimento

das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes;

9.1.4.3. a Contratada deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os projetos disponibilizados pelo TRESP, com perfeito acabamento;

9.1.5. executar o objeto no Edifício Sede do TRESP, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

9.1.5.1. após recebidos, os materiais e serviços de instalação serão conferidos pelo setor competente e, caso constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os materiais ou refazer os serviços de instalação apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESP;

9.1.5.2. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de materiais e de refazimento de serviços de que trata a subcláusula 9.1.5.1 não interromperá a multa por atraso prevista na subcláusula 10.4 deste contrato;

9.1.5.3. em caso de substituição de produtos ou de refazimento de serviços de instalação, conforme previsto na subcláusula 9.1.5.1, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

9.1.6. prestar garantia ao objeto deste contrato pelo período de _____ (_____) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESP;

9.1.7. responsabilizar-se pela perfeita funcionalidade, resistência às cargas solicitadas e integridade da fixação das estruturas dos elementos de serralheria instalados (escadas, corrimãos e guarda-corpos); responsabilizar-se, ainda, pela qualidade dos produtos e serviços, verificando a conformidade dos elementos de serralheria com o projeto, com as especificações e com as normas técnicas brasileiras pertinentes;

9.1.8. empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

9.1.9. fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

9.1.9.1. caberá à Contratada a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

9.1.10. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando, para a remoção dos resíduos (entulho), o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

9.1.11. manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;

9.1.12. seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes;

9.1.13. promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESP;

9.1.14. fornecer, sempre que solicitado pelo TRESP, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato;

9.1.15. dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESP nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal;

9.1.16. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

9.1.17. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

9.1.18. responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESP;

9.1.19. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.20. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 200/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão n. 200/2014 e no Contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 e na alínea “e” da subcláusula 10.3 são de competência do Presidente do TRESP.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

- 10.4.1. Relativamente à subcláusula 10.4, os atrasos superiores a 30 (trinta)

dias serão considerados inexecução contratual.

10.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas "a", "b", "c" e "d", e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.5.1. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo(s), devidamente informado(s), ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "e" da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" da subcláusula 10.3.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2014.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: _____

PREGÃO N. 200/2014

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de escadas metálicas e guarda-corpos em aço e vidro laminado, para a Coordenadoria de Sessões e para o Centro de Memória, localizados no Edifício Sede do TRESP, situado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, conforme este Projeto Básico e plantas anexas.

A Contratada deverá acessar, no *site* do TRESP, no endereço abaixo mencionado, os projetos relacionados ao objeto deste Projeto Básico:

<http://www.tre-sc.jus.br>, menu “Transparência” / “Contas Públicas” / “Pregões”.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1 ESCADAS METÁLICAS

2.1.1. ESCADA METÁLICA 1: Centro de Memória Des. Adão Bernardes

a) escada metálica em aço-carbono com finalidade estrutural, nas dimensões especificadas em projeto, sendo degraus, espelhos e patamar em chapa de aço lisa com espessura mínima de 2 mm, vigas caixa em perfil duplo “U” nas laterais dos degraus, com dimensões mínimas iguais a 60 X 250 mm (largura x altura) e com espessura do perfil igual a, no mínimo, 3 mm; o patamar deverá ser sustentado por vigas caixa em perfil duplo “U”, nas dimensões que garantam a capacidade de carga especificada neste Projeto Básico;

b) a escada metálica deverá ter capacidade de carga igual a 250 kgf/m², de acordo com a NBR 6120:1980 – Cargas para o cálculo de estruturas; as chapas de aço e os perfis utilizados deverão atender à NBR 7007:2011 – Aço-carbono e microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural;

c) os pisos dos degraus e o patamar da escada receberão revestimento em granito;

d) as uniões entre os elementos metálicos deverão ser feitas por meio de solda, preferencialmente pelo processo TIG; caso seja utilizado eletrodo revestido, deverão ser eliminados todos os resíduos de escória, inclusive os que, eventualmente, fiquem incrustados no cordão de solda; os cordões de solda devem ter bom aspecto, sendo esmerilhados somente onde necessário após a soldagem;

e) a fixação da escada às estruturas existentes na edificação deverá ser avaliada e proposta pela Contratada; caberá à Contratada garantir a integridade da fixação e a rigidez da estrutura; a montagem dos componentes da estrutura deve ser feita com parafusos de aço inoxidável, utilizando arruelas lisas nos dois lados e arruela de pressão;

f) para a montagem, além das observações acima, deve ser considerada a fixação com chumbadores tipo Parabolt PBA 1/2” ou superior, caso seja em estrutura de concreto armado; caso seja fixação em alvenaria, deverá ser feito furo passante e a fixação deverá ser com barra roscada de aço inoxidável, utilizando arruela lisa e de pressão nos dois lados; nos locais onde não existir viga de concreto poderá, ainda, ser usado chumbador de nylon com prisioneiro; após a fixação, todos os chumbadores deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado, na cor preta;

g) acabamento: os pontos de soldas deverão ser tratados com zinco frio; todo o material deverá receber uma demão de fundo do tipo “*wash primer*” e duas a três

demãos de tinta poliuretânica, aplicada com pistola, na cor preta fosca;

h) critérios de inspeção: cobertura perfeita e uniforme das superfícies (visual); ausência de bolhas, descascamento, escorridos e enrugamentos (visual); e

i) deverá ser fornecida Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional habilitado responsável pelo projeto, fabricação e montagem da escada metálica.

Produtos de referência:

1) zinco frio: C.R.Z. Galvanização Instantânea a Frio, da Quimatic;

2) fundo do tipo "*wash primer*": Wash Primer, Linha Automotiva, da ANJO;

3) tinta poliuretânica: Esmalte PU Acrílico, Linha Automotiva, da ANJO; e

4) verniz incolor base água: Verniz Suvinil Seca Rápido – Verniz Premium Base Água, da Suvinil.

2.1.2. ESCADA METÁLICA 2 E PASSARELA: Coordenadoria de Sessões – COSE

a) escada metálica em aço-carbono com finalidade estrutural, nas dimensões especificadas em projeto, sendo degraus, espelhos e patamar em chapa de aço lisa com espessura mínima de 2 mm, passarela em chapa de aço lisa com espessura mínima de 3 mm, vigas caixa em perfil duplo "U" nas laterais dos degraus, com dimensões mínimas iguais a 60 X 250 mm (largura x altura) e com espessura do perfil igual a, no mínimo, 3 mm; o patamar e a passarela de acesso deverão ser sustentados por vigas caixa em perfil duplo "U", nas dimensões que garantam a capacidade de carga especificada neste Projeto Básico;

b) a escada metálica deverá ter capacidade de carga igual a 250 kgf/m², de acordo com a NBR 6120:1980 – Cargas para o cálculo de estruturas; as chapas de aço e os perfis utilizados deverão atender à NBR 7007:2011 – Aço-carbono e microligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural;

c) os pisos dos degraus e o patamar da escada receberão revestimento em granito; a passarela de acesso receberá revestimento em piso vinílico; observar detalhe em projeto para a fabricação;

d) as uniões entre os elementos metálicos deverão ser feitas por meio de solda, preferencialmente pelo processo TIG; caso seja utilizado eletrodo revestido, deverão ser eliminados todos os resíduos de escória, inclusive os que, eventualmente, fiquem incrustados no cordão de solda; os cordões de solda devem ter bom aspecto, sendo esmerilhados somente onde necessário após a soldagem;

e) a fixação da escada e da passarela às estruturas existentes na edificação deverá ser avaliada e proposta pela Contratada; caberá à Contratada garantir a integridade da fixação e a rigidez da estrutura; a montagem dos componentes da estrutura deve ser feita com parafusos de aço inoxidável, utilizando arruelas lisas nos dois lados e arruela de pressão;

f) para a montagem, além das observações acima, deve ser considerada a fixação com chumbadores tipo Parabolt PBA 1/2" ou superior, caso seja em estrutura de concreto armado; caso seja fixação em alvenaria, deverá ser feito furo passante e a fixação deverá ser com barra roscada de aço inoxidável, utilizando arruela lisa e de pressão nos dois lados; nos locais onde não existir viga de concreto poderá, ainda, ser usado chumbador de nylon com prisioneiro; após a fixação, todos os chumbadores deverão ser pintados com tinta esmalte sintético acetinado, na cor preta;

g) acabamento: os pontos de soldas deverão ser tratados com zinco frio; todo o material deverá receber uma demão de fundo do tipo "*wash primer*" e duas a três demãos de tinta poliuretânica, aplicada com pistola, na cor preta fosca;

h) critérios de inspeção: cobertura perfeita e uniforme das superfícies (visual); ausência de bolhas, descascamento, escorridos e enrugamentos (visual); e

i) deverá ser fornecida Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional habilitado responsável pelo projeto, fabricação e montagem da escada metálica e da

passarela.

2.2 GUARDA-CORPOS

a) guarda-corpos para as escadas metálicas 1 e 2 e para a passarela em aço galvanizado, com montantes e guias em barra chata de 40 mm (quarenta milímetros) de largura e espessura mínima de 10 mm (dez milímetros), soldados nos perfis em duplo "U" da escada (degraus, patamares e passarela), conforme projeto; deverão ficar perfeitamente apurados;

b) nos guarda-corpos das escadas que serão instalados em laje de concreto (Escada 1), os montantes deverão ser fixados através de sapatas de aço, de dimensões 80 X 50 mm, com 2 mm de espessura, com quatro parafusos sextavados de ½" (meia polegada), com capa protetora em aço;

c) nos guarda-corpos das escadas que serão instalados em parede de alvenaria (Escada 2), os montantes e os perfis "U" de abas iguais deverão ser chumbados com argamassa forte de cimento e areia, no traço 1:3;

d) os corrimãos também serão em barra chata de 40 mm (quarenta milímetros) de largura e 3 mm (três milímetros) de espessura, soldados aos montantes da escada ou chumbados nas paredes através de barras circulares de diâmetro igual a 10 mm (dez milímetros), conforme projeto; os corrimãos deverão ser preparados para receber complemento em madeira e, portanto, deverão ser previstas furações a cada 80 mm (oitenta milímetros) para a sua fixação;

e) a madeira utilizada como complemento dos corrimãos será da espécie Itaúba e sua seção está detalhada em projeto; deverá receber duas demãos de verniz incolor base água;

f) os vidros laminados incolores, com espessura igual a 10 mm (dez milímetros), serão instalados nos guarda-corpos através de perfis "U" de abas iguais; as bordas do vidro deverão ser polidas;

g) a altura dos guarda-corpos será igual a 110 cm (cento e dez centímetros) e a altura dos corrimãos das escadas será igual a 92 cm (noventa e dois centímetros);

h) as uniões entre os elementos metálicos deverão ser feitas por meio de solda, preferencialmente pelo processo TIG; caso seja utilizado eletrodo revestido, deverão ser eliminados todos os resíduos de escória, inclusive os que, eventualmente, fiquem incrustado no cordão de solda; os cordões de solda devem ter bom aspecto, sendo esmerilhados somente onde necessário após a soldagem;

i) acabamento: os pontos de soldas deverão ser tratados com zinco frio; todo o material deverá receber uma demão de fundo do tipo "*wash primer*" e duas a três demãos de tinta poliuretânica, aplicada com pistola, na cor preta fosca;

j) critérios de inspeção: cobertura perfeita e uniforme das superfícies (visual); ausência de bolhas, descascamento, escorridos e enrugamentos (visual); e

k) os guarda-corpos deverão atender às prescrições da NBR 14718:2008 – Guarda-corpos para edificações.

Produtos de referência:

- 1) zinco frio: C.R.Z. Galvanização Instantânea a Frio, da Quimatic;
- 2) fundo do tipo "*wash primer*": Wash Primer, Linha Automotiva, da ANJO;
- 3) tinta poliuretânica: Esmalte PU Acrílico, Linha Automotiva, da ANJO; e
- 4) verniz incolor base água: Verniz Suvinil Seca Rápido – Verniz Premium Base Água, da Suvinil.

ATENÇÃO:

1) Os materiais indicados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devam estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de

aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas - destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as especificações daqueles).

2) A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os projetos disponibilizados pelo TRESP, com perfeito acabamento. ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes de projeto.

3) Os projetos apresentados contemplam requisitos mínimos a serem atendidos pela empresa contratada. Em caso de dúvidas, necessidade de adequação ou alteração de detalhes dos projetos, a Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) deverá ser consultada, pelo telefone (48) 3251-3700, ramais 7464 ou 3119, ou por e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

3. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS PROPONENTES

Além dos documentos obrigatórios previstos em lei:

3.1 É obrigatória a realização de visita técnica no local de realização dos serviços, previamente à abertura da licitação, em razão das especificidades técnicas dos projetos exigirem a avaliação das condicionantes locais para a formação do preço. Deverão ser avaliados os locais para a fixação dos elementos metálicos das escadas.

3.2 A visita técnica deverá ser:

3.2.1. previamente agendada com a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESP através do telefone (48) 3251-3700, ramais 7464 ou 3119, das 13 às 18 horas;

3.2.2. realizada pelo responsável técnico indicado pela empresa para os serviços; e

3.2.3. acompanhada por representante do TRESP, designado para esse fim.

3.3 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao CREA, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.

3.4 Um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação.

3.4.1. Os atestados de capacidade técnica deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CATs, expedidas pelo CREA.

3.5. Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) para executar os serviços objetos deste Projeto Básico:

3.5.1. O profissional mencionado no item 3.5 deverá estar devidamente registrado no CREA pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

3.5.2. O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESP.

4. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

4.1. Em até 3 (três) dias da autorização para início dos serviços emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA, providenciar a ART de execução dos serviços enumerados neste Projeto Básico e entregá-la à SEA/CIS/TRESP.

4.2. Executar os serviços sob a responsabilidade e acompanhamento do profissional indicado no subitem 4.1, durante a instalação das escadas metálicas e guarda-corpos.

4.3. Visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.

4.4. Responsabilizar-se pela perfeita funcionalidade, resistência às cargas solicitadas e integridade da fixação das estruturas dos elementos de serralheria instalados (escadas, corrimãos e guarda corpos). Responsabilizar-se, ainda, pela qualidade dos produtos e serviços, verificando a conformidade dos elementos de serralheria com o projeto, com as especificações e com as normas técnicas brasileiras pertinentes.

4.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.

4.6. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.

4.7. Caberá à Contratada a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.

4.8. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando, para a remoção dos resíduos (entulho), o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental.

4.9. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESP.

4.10. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18.

4.11. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.

4.12. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESP.

4.13. Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESP, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.

4.14. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESP nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.

4.15. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.

4.16. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.17. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.

4.18. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESP.

4.19. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESP.

5. FISCALIZAÇÃO

5.1. Os serviços serão acompanhados pela Assistente e/ou pela Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura.

5.2. A Fiscalização terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências; isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens deste Projeto Básico; e
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local da execução dos serviços.

5.3. A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da instalação.

5.4. Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/TRESC, pelo telefone (48) 3251-3700, ramais 7464 ou 3119.

6. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. O recebimento provisório ocorrerá quando os serviços contratados ficarem inteiramente concluídos.

6.2. A empresa terá 15 (quinze) dias para corrigir incorreções que forem constatadas pela Fiscalização.

6.3. O recebimento definitivo será dado, se, e somente se, tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas nos serviços executados.

7. GARANTIA: 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

8. HORÁRIO E PRAZO PARA A ENTREGA E INSTALAÇÃO

8.1. Os serviços deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 7 às 18 horas.

8.2. A partir da data da autorização para início dos serviços emitida pela SEA, a empresa terá:

- até 3 (três) dias para apresentar o documento relacionado no item 4.1; e
- até 60 (sessenta) dias, após aprovação da SEA do documento relacionado no subitem 4.1, para concluir todos os serviços descritos neste Projeto Básico.

9. LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO: Rua Esteves Júnior, 68, Centro – Florianópolis/SC.

10. ADJUDICAÇÃO: Global. Justifica-se a execução dos serviços constantes neste Projeto Básico por uma só empresa em função das concomitâncias e interferências das etapas de montagem das escadas e guarda-corpos.

11. JUSTIFICATIVA: Justifica-se esta contratação em função da necessidade de adequação física dos ambientes da Coordenadoria de Sessões e do Centro de Memória, de forma a melhor atender à demanda institucional.

PIERINA SCHMITT POMARICO
Assistente da Seção de Engenharia e Arquitetura

PALMYRA FARINAZZO REIS REPETTE
Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura

▪ Código SIASG - 3557

PREGÃO N. 200/2014

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

* Valor em Real (R\$)

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO ESTIMADO TOTAL
1	Fornecimento e instalação de escadas metálicas, passarela, guarda-corpos e demais acessórios, nos termos do Projeto Básico.	42.000,00

- Planilha elaborada em 25 de novembro de 2014.